

Jornal Oficial do Município



Águas de Lindóia

Quinta-feira, 29 de dezembro de 2022

Ano III | Edição nº 403



MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA

Poder Executivo	3
Atos Oficiais	3
Decretos	3
Convênios	8
Extratos	8

PODER EXECUTIVO**Atos Oficiais****Decretos****DECRETO Nº 3.800**
De 28 de dezembro de 2022.

“Dispõe sobre a aquisição de equipamentos e materiais de informática.”

GILBERTO ABDOU HELOU, Prefeito Municipal da Estância de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a necessidade de centralizar as operações de aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para maior controle e eficiência da Administração;

Considerando que a aquisição destes equipamentos e suprimentos deve ser feita de acordo com critérios técnicos definidos pela Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que as aquisições dos materiais de consumo e/ou permanentes de informática devem ter a anuência do Centro de Tecnologia da Informação, que avaliará a conveniência e definirá as características técnicas indicadas.

§ 1º A anuência mencionada no “caput” deste artigo será feita mediante aporte da assinatura do Diretor Municipal de Tecnologia da Informação nas requisições, que só então estarão autorizadas para cotação e empenho.

§ 2º O Departamento de Compras e Licitações enviará as requisições destes materiais ao Centro de Tecnologia da Informação para análise prévia.

§ 3º Havendo reprovação na aquisição destes materiais, o Centro de Tecnologia da Informação devolverá a requisição à secretaria de origem com as respectivas justificativas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, 28 de dezembro de 2022.

GILBERTO ABDOU HELOU
-Prefeito Municipal-

DECRETO Nº 3.801
De 28 de dezembro de 2022.

“Dispõe sobre a criação do Setor de Almoxarifado no Centro de Processamento de Dados - CPD e dá outras providências..”

GILBERTO ABDOU HELOU, Prefeito Municipal da Estância de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Setor de Almoxarifado no Centro de processamento de Dados - CPD subordinado à Secretaria Municipal de Administração, que designará servidor responsável por este setor.

Art. 2º São atribuições do Setor de Almoxarifado:

I - receber e armazenar os equipamentos e materiais de consumo de informática adquiridos para serem utilizados pela Municipalidade;

II - distribuir os materiais aos órgãos competentes, conforme solicitados;

III - apurar, em balancete periódico, o consumo dos materiais por cada órgão para controle e reposição;

IV - manter atualizados os registros necessários referentes ao controle do estoque do almoxarifado;

V - preservar a qualidade e as quantidades exatas dos materiais;

VI - possuir instalações adequadas e recursos de movimentação e distribuição dos materiais.

Parágrafo único. A gestão física (entrada e saída) dos equipamentos e materiais de consumo de informática será feita separadamente por secretaria, visando ao acesso à gestão individualizada dos produtos adquiridos e consumidos.

Art. 3º É vedada a aquisição de equipamentos, suprimentos ou materiais de informática, sem a autorização prévia do CPD na respectiva requisição.

§ 1º Os equipamentos, suprimentos e materiais de informática adquiridos pela Municipalidade deverão ser entregues no Almoxarifado do CPD para conferência.

§ 2º Dependem da conferência mencionada no parágrafo anterior a liquidação e o pagamento das respectivas notas fiscais.

§ 3º Cada saída de material do estoque dependerá da respectiva requisição, devidamente assinada pelo responsável de cada secretaria.

§ 4º Cabe somente ao CPD promover a transferência de equipamentos de informática entre os órgãos, de acordo com a necessidade identificada e viabilidade técnica, promovendo a devida comunicação à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, 28 de dezembro de 2022.

GILBERTO ABDOU HELOU
-Prefeito Municipal-

DECRETO Nº 3.802
De 28 de dezembro de 2022.

“Dispõe sobre a designação de encarregado da proteção de dados - DPO e dá outras providências.”

GILBERTO ABDOU HELOU, Prefeito Municipal da Estância de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º O encarregado da proteção de dados pessoais (Data Protection Officer- DPO) será designado pelo Prefeito por meio de portaria, para os fins do art. 41 da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

§ 1º O encarregado da proteção de dados (DPO) terá os recursos operacionais e financeiros necessários ao desempenho dessas funções e à manutenção dos seus conhecimentos, bem como acesso motivado a todas as operações de tratamento.

§ 2º O encarregado da proteção de dados (DPO) está vinculado à obrigação de sigilo ou de confidencialidade no exercício das suas funções, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 2018 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º As atividades do encarregado da proteção de dados (DPO) consistirão em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares;

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindoia, 28 de dezembro de 2022.

GILBERTO ABDU HELOU
-Prefeito Municipal-

DECRETO Nº 3.803
De 28 de dezembro de 2022.

“Estabelece normas para aquisição, recebimento e controle de equipamentos de informática.”

GILBERTO ABDU HELOU, Prefeito Municipal da Estância de Águas de Lindoia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a necessidade de centralizar as operações de recebimento de materiais permanentes e de consumo de informática e tecnologia para conferência e maior controle e eficiência da Administração;

Considerando que o recebimento e a conferência destes materiais devem ser feitos por profissionais com conhecimento técnico;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que todos os materiais permanentes e de consumo de informática e de tecnologia adquiridos pela Administração devem ser entregues pelos fornecedores com as respectivas notas fiscais no Centro de Processamento de Dados - CPD, que fará a conferência atestando a conformidade com o exigido no respectivo processo de compra.

Parágrafo único. A conformidade será atestada mediante carimbo próprio e assinatura do funcionário do

CPD designado para este fim, na nota fiscal do fornecedor.

Art. 2º O pagamento das notas fiscais relativas a esses materiais de tecnologia ou informática dependerá dessa conformidade, atestada nos moldes do artigo anterior.

Art. 3º O mesmo procedimento deve ser observado para as compras diretas ou realizadas mediante processo de adiantamentos.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindoia, 28 de dezembro de 2022.

GILBERTO ABDU HELOU
-Prefeito Municipal-
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente Decreto foi publicado às fls. _____, da edição nº _____ do Jornal Oficial do Município de Águas de Lindóia (www.aguasdellindoia.sp.gov.br/diario-oficial), veiculada na data de ____/____/____, em observância ao disposto pelo artigo 87 da Lei Municipal nº 1.812 de 04 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Águas de Lindóia) c/c Lei Municipal nº 3.153 de 31 de outubro de 2019. Eu _____ dou fé. Águas de Lindoia ____/____/____.

DECRETO Nº 3.804
De 28 de dezembro de 2022.

“Regulamenta a aplicação da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD na Administração Municipal e dá outras providências.”

GILBERTO ABDU HELOU, Prefeito Municipal da Estância de Águas de Lindoia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a vigência da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabeleceu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD;

Considerando que o parágrafo único do art. 1º da LGPD estabelece que as normas gerais de proteção contidas na LGPD são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que é assegurada a toda pessoa natural a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos do art. 17 da LGPD;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Federal nº 13.709, de 14 agosto de 2018 - Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, estabelecendo diretrizes, competências, providências e procedimentos a serem observados por seus órgãos e entidades, visando garantir a proteção de dados pessoais.

Art. 2º Para os fins deste decreto, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado; pessoa indicada pelo controlador e operador como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional Proteção de Dados (ANPD);

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento; toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento; manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular aos dados concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - plano de adequação: conjunto das regras de boas práticas e de governança de dados pessoais que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, as normas de segurança, os padrões técnicos, obrigações específicas para os diversos agentes envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, o plano de respostas a incidentes de segurança e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais;

XIV - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas e mecanismos de mitigação de risco;

XV - autoridade nacional: órgão da Administração

Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

Art. 3º As atividades de tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades municipais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção; adoção de medidas para prevenir a ocorrência de dados em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA

Art. 4º O Poder Executivo Municipal, por meio de suas Secretarias, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, deve realizar e manter continuamente atualizados:

I - o mapeamento dos dados pessoais existentes e dos fluxos de dados pessoais em suas unidades;

II - a análise de risco;

III - o plano de adequação, observadas as exigências do art. 19 deste Decreto;

IV - o relatório de impacto a proteção de dados pessoais, quando solicitado.

Art. 5º Constarão nas normas ou diretrizes editados as regras específicas para a realização do tratamento e proteção de dados e seus procedimentos operacionais no Município de Águas de Lindóia.

Parágrafo único. Toda norma ou diretriz emitida deverá ser publicada e revogará automaticamente a norma anterior, quando regulamentar o mesmo assunto.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA

Art. 6º A estrutura necessária para a implantação e operacionalização da LGPD no Município conterà a indicação de:

I - um Encarregado Geral de Proteção de Dados do Município, a ser indicado por ato do Chefe do Poder Executivo;

II - secretários municipais;

III - Comissão Permanente Municipal de Proteção de Dados Pessoais - CPMPDP composta por representantes, titulares e suplentes, indicados formalmente pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Fica a cargo de cada Secretário Municipal a designação para a função específica de Encarregado Setorial de Proteção de Dados.

SEÇÃO I DO ENCARREGADO

Art. 7º O encarregado da proteção de dados pessoais Data Protection Officer - DPO, será designado pelo Prefeito por meio de portaria, para os fins do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 8º São atribuições do encarregado da proteção de dados pessoais:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - fazer comunicações, e receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os servidores e os contratados da Administração Pública Direta a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - encaminhar as sugestões formuladas pela autoridade nacional a respeito da adoção de padrões e de boas práticas para o tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 13.709/2018;

VI - providenciar a publicação dos relatórios de impacto de proteção de dados pessoais previstos pelo art. 32 da Lei Federal nº 13.709/2018;

VII - elaborar ou recomendar a elaboração de planos de adequação relativos à proteção de dados pessoais, para guiar a Administração Direta e Indireta na adequação a LGPD;

VIII - providenciar, em caso de recebimento de informe da autoridade nacional com medidas cabíveis para fazer cessar uma afirmada violação à Lei Federal nº 13.709/2018, nos termos do art. 31 daquela lei, o encaminhamento ao órgão municipal responsável pelo tratamento de dados pessoais, fixando prazo para atendimento a solicitação ou apresentação das justificativas pertinentes;

IX - executar as demais atribuições estabelecidas em normas complementares.

§ 1º O encarregado da proteção de dados terá os recursos operacionais e financeiros necessários ao desempenho dessas funções e à manutenção dos seus conhecimentos, bem como, acesso motivado a todas as operações de tratamento.

§ 2º O encarregado da proteção de dados está vinculado à obrigação de sigilo ou de confidencialidade no

exercício das suas funções, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018, e com a Lei Federal nº 12.527/2011.

SEÇÃO II DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 9º Cabe às Secretarias:

I - dar cumprimento, no âmbito dos respectivos órgãos, às ordens e recomendações do encarregado de proteção de dados pessoais;

II - atender às solicitações encaminhadas pelo encarregado da proteção de dados no sentido de fazer cessar uma afirmada violação à Lei Federal nº 13.709/2018, para apresentar as justificativas pertinentes;

III - encaminhar ao encarregado, no prazo por este fixado:

a) informações sobre o tratamento de dados pessoais que venham a ser solicitadas em âmbito nacional, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.709, de 2018;

b) relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, ou informações necessárias para elaboração de relatórios, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 13.709, de 2018;

IV - assegurar que o encarregado da proteção de dados seja informado, de forma adequada e em tempo útil, de todas as questões relacionadas com a proteção de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL INDIRETA

Art. 10. Cabe às entidades da Administração Indireta observar, no âmbito da sua respectiva autonomia, as exigências da Lei Federal nº 13.709/2018, observada, no mínimo:

I - a designação de um encarregado de proteção de dados pessoais, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/2018, cuja identidade e informações de contrato devem ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva;

II - a elaboração e manutenção de um plano de adequação, nos termos do art. 4º, inciso III deste Decreto.

CAPÍTULO V DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 11. O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades e da Administração Pública Municipal deve:

I - objetivar o exercício de suas competências legais ou o cumprimento das atribuições legais do serviço público, para o atendimento de sua finalidade pública e a perseguição do interesse público;

II - observar o dever de conferir publicidade às hipóteses de sua realização, com o fornecimento de informações caras e atualizadas sobre a previsão legal, finalidade, os procedimentos e as políticas utilizadas para a sua execução.

Art. 12. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal podem efetuar o uso compartilhado de dados pessoais com outros órgãos e entidades públicas para atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas, no âmbito de suas atribuições sendo, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 13. É vedado aos órgãos e entidades da

Administração Pública Municipal transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto;

I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o Disposto na Lei Federal nº 12.527/2011;

II - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observar disposições da Lei Federal nº 13.709/2018;

III - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada, por meio de cláusula específica, em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, cuja celebração deverá ser informada pelo responsável ao Encarregado Geral do Município para comunicação à autoridade nacional de proteção de dados;

IV - na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

Parágrafo único. Em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo, a transferência de dados dependerá de autorização específica conferida pelo órgão municipal a entidade privada, bem como as entidades privadas deverão assegurar que não haverá comprometimento do nível de proteção dos dados garantido pelo órgão municipal.

Art. 14. Os órgãos da Administração Pública Municipal podem efetuar a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais a pessoa de direito privado, desde que:

I - o encarregado da proteção de dados informe a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma do regulamento federal correspondente;

II - seja obtido o consentimento do titular, salvo:

a) nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei Federal nº 13.709/2018;

b) nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade termos do art. 11º, inciso II deste Decreto;

c) nas hipóteses do art. 12 deste Decreto.

Art. 15. Os planos de adequação devem observar, no mínimo, o seguinte:

I - publicidade das informações relativas ao tratamento de dados em veículos de fácil acesso, preferencialmente nas páginas dos órgãos na internet, bem como no Portal da Transparência;

II - atendimento das exigências que vierem a ser estabelecidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, nos termos do art. 23, § 10, e do art. 27, parágrafo único da Lei Federal nº 13.709/2018;

III - manutenção de dados em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado de dados com vistas execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, descentralização da atividade pública e a disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As Secretarias deverão comprovar ao encarregado da proteção de dados estar em conformidade com o disposto no art. 4º deste decreto no prazo de 120

(cento e vinte dias) dias a contar da sua publicação.

Art. 17. As entidades da Administração Indireta deverão apresentar ao encarregado da proteção de dados, no prazo de 90 (noventa) dias, o respectivo plano adequação às exigências da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 18. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, 28 de dezembro de 2022.

GILBERTO ABDOU HELOU

-Prefeito Municipal-

DECRETO Nº 3.805

De 29 de dezembro de 2022.

“Altera a redação do artigo 5º, suprimido seu parágrafo único do Decreto nº 1.990, de 05 de abril de 2005, designa membros para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Águas de Lindóia, e dá outras providências.”

GILBERTO ABDOU HELOU, Prefeito Municipal da Estância de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Municipal nº 2.476, de 30 de setembro de 2003 e posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 1.990, de 05 de abril de 2005;

CONSIDERANDO que à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil incumbe coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade;

CONSIDERANDO, ainda, as indicações levadas a termo no bojo do Expediente Administrativo nº. 6176/2022;

CONSIDERANDO, finalmente, o advento da Lei Municipal nº. 3.376, de 06 de dezembro de 2022, que ao atribuir nova redação ao artigo 8º da Lei Municipal nº. 2.476, de 30 de setembro de 2003, alterou a composição da Comissão Municipal;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 5º, suprimido seu parágrafo único do Decreto nº 1.990, de 05 de abril de 2005, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º A Comissão Municipal será composta por um integrante de cada um dos seguintes órgãos municipais:

I - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

II - Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social;

III - Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana;

IV - Secretaria Municipal de Administração;

V - Secretaria Municipal de Saúde;

VI - Secretaria Municipal de Educação;

VII - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

VIII - Saneamento Ambiental de Águas de Lindóia - SAAE.”

Art. 2º Ficam designados os membros para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Águas de Lindóia, em conformidade com a Lei Municipal nº. 2.476, de 30 de setembro de 2003 e posteriores alterações, na seguinte conformidade:

I - COORDENADOR: Eduardo D'Aragona Malheiro;

II - COMISSÃO MUNICIPAL:

a) Adalberto Mota Silva de Oliveira - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

b) Roberto Luiz Smecellato - Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social;

c) Maurício Tiengo - Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana;

d) Diderot Camargo Netto - Secretaria Municipal de Administração;

e) Maria Teresa Macedo de Ávila Ferraz - Secretaria Municipal de Saúde;

f) Ana Cristina Bueno Fernandes - Secretaria Municipal de Educação;

g) Mario Sérgio Fioravante - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

h) João Batista Orru - Saneamento Ambiental de Águas de Lindóia - SAAE.

III - SECRETÁRIO: José Rafael Godoi de Souza

IV - SETOR TÉCNICO:

a) Anátalia Montoro Fagundes - Saneamento Ambiental de Águas de Lindóia - SAAE;

b) José Roberto Mazutti Kosmel - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

c) Carlos Takeshi Okido - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

V - SETOR OPERATIVO:

a) Marco Antônio Costa Fregonesi - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

b) José Laércio Filipi Bragato - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

c) Laércio Vilas Boas - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Artigo 3º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, aos 29 de dezembro de 2022.

GILBERTO ABDOU HELOU

Prefeito Municipal

Convênios

Extratos

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4340/2022

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: SBSC -

Hospital São Camilo - Águas de Lindóia

CNPJ DA OSC: 60.975.737/0094-50

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 331.190,00 (trezentos e trinta e um mil, cento e noventa reais)

OBJETO: Aquisição de material de consumo (materiais descartáveis, EPI'S, produtos de higienização/lavanderia, materiais outros, insumos para assistência aos pacientes, medicamentos e gêneros alimentícios) para um melhor atendimento aos usuários do SUS, atendidos no Hospital São Camilo Águas de Lindóia.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de recebimento do recurso.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 durante o período de vigência da mesma, sendo então substituída pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 a partir da data em que a mesma entrar em vigor.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO: 28/12/2022

Águas de Lindóia, 29 de dezembro de 2022.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 5267/2022

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: SBSC - Hospital São Camilo - Águas de Lindóia

CNPJ DA OSC: 60.975.737/0094-50

VALOR DO REPASSE:

Recurso Municipal: Até R\$ 3.936.999,96 (três milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Recurso Federal: Até R\$ 1.380.808,44 (um milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos).

OBJETO DO RECURSO MUNICIPAL: Custeio da execução de atividades de serviços de saúde a serem prestados através da gestão do Hospital São Camilo Águas de Lindóia. O serviço oferta assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde não apenas na área estritamente hospitalar (internações hospitalares), como também no atendimento às urgências (urgências, emergências e pronto atendimento) e na execução de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (SADT).

OBJETO DO RECURSO FEDERAL: Oferta de serviços de internação hospitalar e serviços laboratoriais.

VIGÊNCIA: O Termo de Convênio vigorará de 01/01/2023 até 31/12/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 durante o período de vigência da mesma, sendo então substituída pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 a partir da data em que a mesma entrar em vigor.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO: 28/12/2022

Águas de Lindóia, 29 de dezembro de 2022.